

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.716 - SP (2019/0061503-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : DIRCE DE LOURDES ZUZI RELK
ADVOGADO : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por DIRCE DE LOURDES ZUZI RELK , em face de decisão, de minha lavra, proferida nos seguintes termos:

"Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por DIRCE DE LOURDES ZUZI RELK, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. CONJUNTO PROBATÓRIO NÃO HARMÔNICO.

I- As provas exibidas não constituem um conjunto harmônico de molde a formar a convicção no sentido de que a parte autora tenha exercido atividades no campo no período exigido em lei.

II- Não preenchidos, in casu, os requisitos necessários à concessão do benefício, consoante dispõe o art. 143 da Lei de Benefícios.

III- Honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita.

IV- Apelação do INSS provida. Tutela antecipada revogada" (fl.129e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL.

I - A pretensão trazida aos autos é a de obter a reforma da decisão, conferindo ao recurso nítido caráter infringente, com o

intuito de renovar o julgamento de matérias que já foram discutidas à exaustão e que já receberam adequada resposta judicial.

II - A embargante não demonstrou a existência de vícios no acórdão recorrido, pretendendo apenas manifestar sua discordância em relação às conclusões acolhidas na decisão recorrida, objetivo que se mostra incompatível com a finalidade dos declaratórios.

III - Embargos declaratórios improvidos" (fl.147e).

Sustenta a parte ora agravante em síntese, que:

"Em que pese o ilibado saber jurídico do n. Julgador "a quo", a r. decisão retro que negou seguimento ao Recurso Especial interposto pela parte autora não merece prosperar, razão pela qual deve ser reformada por Vossas Excelências, pelas razões a seguir aduzidas:

Em breve síntese, trata-se de Recurso Especial interposto pela parte autora contra acórdão proferido por órgão fracionário do Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, em ação ajuizada visando a concessão e cobrança de benefício previdenciário - aposentadoria por tempo de contribuição.

Ocorre que o n. Relator(a) negou seguimento ao Recurso Especial, sob a alegação de que a análise da peça recursal enseja reexame do conjunto fático probatório já analisado pela instância inferior, incidindo, portanto, a Súmula nº. 7 do STJ.

Ora Excelências, ao contrário do alegado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que a mera valoração de provas apresentadas não enseja o revolvimento de matéria fático-probatória, afastando-se, neste caso, a incidência da Súmula 7. (Precedente: AgRg no REsp. 1.292.386/BA, ST, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 27/11/2013).

No mesmo sentido é o entendimento pacífico do Egrégio Superior Tribunal de Justiça no REsp 1651564/MT, acórdão de lavra do Herman Benjamin, julgado em 16/03/2017, senão vejamos:”

(...)

Destarte, o posicionamento deste Colendo Tribunal dispõe que o juízo acerca da validade e eficácia dos

documentos apresentados não enseja reexame de prova, vedado pela Súmula 7/STJ, mas sim na correta submissão dos fatos à norma, mediante a valoração da sua prova, portanto, não há óbice para a apreciação e julgamento do recurso especial interposto.

Dito isto, no recurso especial interposto, **a agravante demonstrou de forma clara e contundente que a jurisprudência deste Exímio Superior Tribunal de Justiça se mostra firme no sentido de que o reconhecimento de tempo de serviço rurícola exige que a prova testemunhal corrobore início razoável de prova material, sendo certo que o rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, é meramente exemplificativo, e não taxativo.**

Ocorre que o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região deu provimento à apelação do INSS, revogando a tutela antecipada deferida pelo juízo singular, para julgar improcedente o pedido da recorrente, ao argumento de que não há início de prova material do exercício de atividade rural, desconsiderando a Certidão de Casamento (fls. 10); cópia da CTPS (fls. 14/15 e 23/27), bem como Notas Fiscais (fls. 16/22), que demonstra de forma inconteste o exercício de trabalho rural exercido pela parte autora, dando interpretação diversa ao entendimento firmado por este Tribunal, no sentido de que o rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, é meramente exemplificativo, e não taxativo.

Da análise do recurso especial, observa-se clara afronta ao dispositivo infraconstitucional, ou seja, artigo 106, da Lei 8.213/91, objeto de interpretação divergente pelos julgados em confronto, observando, assim, a previsão contida no art. 105, III, c, da Lex Mater, não havendo óbice para apreciação e julgamento do apelo excepcional por este Superior Tribunal de Justiça.

No caso em testilha, ao contrário do alegado pelo Tribunal 'a quo', restou devidamente comprovado que de 1977 a 2010, ou seja, por 33 (trinta e três) anos, a recorrente se dedicou à atividade rural, ora residindo na área rural, ora residindo na área urbana, conforme atesta sua CTPS (fls. 14/15) e as provas testemunhais.

Vale ressaltar que a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudências dos Juizados Especiais Federais - TNU, já pacificou e uniformizou o entendimento, de que a prova material, constando **a profissão do marido como lavrador, serve como início de prova material** que, conjugada com outros documentos, consoante o presente caso, dá o direito à postulante a se aposentar por idade rural.

Impede destacar a leitura das Súmulas 06 e 14 da TNU, que assim estabelece:

(...)

A autora comprovou através das provas amealhadas nos autos que foi trabalhador rural, sendo tal prova corroborada pelo depoimento pessoal e testemunhal colhido sobre o crivo do contraditório em audiência de instrução, debates e julgamento, logo, de qualquer prisma que se olhe, resta nítido quão equivocada fora a decisão do nobre relator, haja vista que remanesce o direito da parte autora ao reconhecimento dos vínculos rurais e a consequente concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição" (fls.189/194e).

Requer, ao final, que o presente Agravo seja recebido e provido, com a reforma da r. decisão agravada e o consequente conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Não foi apresentada Contraminuta.

A irresignação não merece conhecimento.

Do exame dos autos, verifica-se os fundamentos da decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, são os seguintes:

"Cuida-se de recurso especial interposto pela parte autora, contra acórdão proferido por órgão fracionário deste E. Tribunal Regional Federal, em ação ajuizada visando ao reconhecimento de labor rural e à concessão de benefício previdenciário.

Decido.

A presente impugnação não pode ser admitida.

Com efeito, pretende-se, por meio deste especial, revolver questão afeta ao acerto ou equívoco na análise da prova do exercício de atividade rural pelo segurado, bem como seu correto ou equivocado enquadramento jurídico na condição de trabalhador rurícola, matéria esta que não pode ser reapreciada pelas instâncias superiores, a teor do entendimento consolidado

na Súmula nº 7 do C. Superior Tribunal de Justiça, verbis: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial'. Ainda nesse sentido:

(...)

Finalmente, **descabe o recurso quanto à interposição pela alínea 'c', uma vez que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.** Nesse sentido, v.g., AgRg no REsp 1.317.052/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 9/5/2013; AgRg nos EDcI no REsp 1.358.655/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 16/04/2013.

Ante o exposto, não admito o recurso especial" (fls. 186/188e).

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente, a decisão recorrida, isto é, deixou de se insurgir, fundamentadamente, quanto ao entendimento de que "descabe o recurso quanto à interposição pela alínea 'c', uma vez que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem"(fl.187e).

Diante desse contexto, o presente Agravo em Recurso Especial não pode ser conhecido.

Com efeito, com o advento da Lei 12.322, de 09/09/2010, o Agravo de Instrumento contra decisão que não admite Recurso Especial passou a ser Agravo nos próprios autos. Porém, o legislador incorporou, ao texto legal, **o princípio da dialeticidade**, há muito sedimentado na jurisprudência desta Corte, com amparo na doutrina acerca do tema.

Assim, de acordo com o inciso I do § 4º do art. 544 do CPC/73, é dever da parte agravante atacar, **especificamente**, todos os fundamentos da decisão do Tribunal de origem que nega trânsito ao Recurso Especial, sob pena de não conhecimento de sua irresignação. Esta Corte, com fundamento no citado dispositivo, bem como no princípio da dialeticidade recursal, vem aplicando, por analogia, a Súmula 182/STJ ao Agravo que não refute, de maneira específica,

todos os fundamentos da decisão que não admitiu o Recurso Especial. É o que se depreende da leitura dos seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE NEGATIVA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. EFEITO SUSPENSIVO. VIA INADEQUADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A teor do verbete n. 182 da Súmula desta Corte, é manifestamente inadmissível o agravo em recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão confrontada.

(...)

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 620.602/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 29/06/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/ STJ.

I – Não se conhece do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial, nos termos da Súmula 182 do STJ: 'É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada'.

II – O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

III – Agravo Regimental improvido" (STJ, AgRg no Ag 1.368.414/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/03/2015).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO REFUTADOS. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS.

SÚMULA 182/STJ. OBRIGAÇÃO DE INFIRMAR TODOS ELES. PRECEDENTE. RESOLUÇÃO N. 432 DO CONTRAN. NORMA INFRALEGAL NÃO ABRANGIDA PELO CONCEITO DE LEI FEDERAL. PRECEDENTE. ART. 306 DO CTB. ALTERAÇÃO PELA LEI N. 12.760/2012. ADMISSÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. PRECEDENTE.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 811.800/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 17/03/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. LEI ESTADUAL N. 9.664/2012. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA 'C'. DISPOSITIVO DE LEI EM QUE TERIA OCORRIDO A DISSIDÊNCIA INTERPRETATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.

2. No agravo regimental, a agravante não impugna todas as razões da decisão agravada, limitando-se apenas a rebater a incidência da Súmula 284/STF.

3. Nos termos do art. 544, § 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, 'a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em especial, obriga a corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico'. (AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, DJe de 2/2/2012).

Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 450.558/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

O novo Código de Processo Civil ratificou tal entendimento, conforme se depreende do seu art. 932, III, **in verbis**:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

III. **não conhecer do recurso** inadmissível, prejudicado ou **que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida**;

(...)"

Assim, se a lei estabelece pressupostos ou requisitos para a admissibilidade do recurso – no particular, o art. 932, III, do CPC/2015 determina a necessidade de impugnação específica aos fundamentos da decisão que inadmitir o Recurso Especial –, cabe à parte proceder em estrito cumprimento às determinações legais.

De fato, "não se pode desconhecer os pressupostos de admissibilidade do recurso. O aspecto formal é importante em matéria processual não por obséquio ao formalismo, mas para segurança das partes e resguardo do *due process of law*" (STJ, AgRg no Ag 427.696/RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, DJU de 12/08/2002).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do presente Agravo em Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015" (fls.204/210e).

Nas razões dos Embargos de Declaração, alega a parte embargante que o **decisum** é contraditório tendo em vista que:

"DIRCE DE LOURDES ZUZI RELK, já qualificado(a) nos autos em epígrafe, vem de acordo com o art. 1.022, do CPC, opor EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ao v. acórdão proferido, requerendo que Vossa Excelência, **esclareça melhor o julgado**, considerando o quanto segue:

Em síntese, este Exímio **Tribunal Superior não conheceu do recurso especial interposto, sob a alegação de que a parte agravante teria deixado de infirmar, especificamente, a decisão recorrida, isto é, de se insurgir, fundamentadamente, quanto ao entendimento de que** "descabe o recurso quanto à interposição pela alínea 'c', uma vez que a jurisprudência é pacífica no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto com base na qual deu solução à causa a Corte de origem"(fl. 187e).

Data máxima vênia, **em que pese o ilibado saber jurídico de Vossa Excelência, contraditória a r. decisão, sobretudo porque a atividade jurisdicional desempenhada pelo Superior Tribunal de Justiça no exercício de sua competência para apreciar o recurso especial tem por escopo a manutenção da coerência e unidade do sistema jurídico federal** – e constitucional; e, ainda que não menos importante, mas relegada a um segundo plano, a reparar eventual injustiça cometida no julgamento proferido pelas instâncias inferiores.

Neste sentido, exerce função última de controle da validade da ‘questão federal’ posta no seio de um procedimento interativo fundamentante que resulta em uma decisão capaz de terminar conflitos, pondo-lhes um fim – sob aquele aspecto da manutenção da coerência e unidade do sistema jurídico federal.

Não bastasse, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que a mera valoração de provas não enseja o revolvimento de matéria fático-probatória, afastando-se, neste caso, a incidência da Súmula 7. (Precedente: AgRg no REsp. 1.292.386/BA, 5T, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 27/11/2013).

A propósito:

(...)

Com efeito, em razão do referido enunciado sumular desta Corte Superior, mostra-se inviável, no âmbito do recurso especial, reexaminar os fatos e provas dos autos, ou seja, promover uma

reincursão no acervo fático probatório mediante a análise detalhada de documentos, testemunhos, contratos, perícias, dentre outros. Assim, no apelo extremo não se pode examinar mera quaestio facti ou error facti in iudicando.

Todavia, **o error in iudicando (inclusive, o proveniente de equívoco na valoração das provas) e o error in procedendo podem ser objeto do recurso especial.**

Na hipótese, a pretensão da agravante se resume na reavaliação da prova e dos dados explicitamente admitidos e delineados no decisório recorrido, o que não implica no vedado reexame do material de conhecimento.

A reavaliação da prova constitui em atribuir o devido valor jurídico a fato incontroverso sobejamente reconhecido nas instâncias ordinárias, prática francamente aceita em sede de recurso especial, como bem observou o Ministro Felix Fischer: 'A reavaliação da prova ou de dados explicitamente admitidos e delineados no decisório recorrido não implica no vedado reexame do material de conhecimento' (REsp 683702/RS, QUINTA TURMA, julgado em 01.03.2005).

In casu, no recurso especial interposto, a autora demonstrou de forma clara e contundente que a jurisprudência deste Exímio Superior Tribunal de Justiça se mostra firme no sentido de que o reconhecimento de tempo de serviço rurícola exige que a prova testemunhal corrobore início razoável de prova material, sendo certo que o rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, é meramente exemplificativo, e não taxativo.

Disparatadamente, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região deu provimento à apelação do INSS, revogando a tutela antecipada deferida pelo juízo singular, para julgar improcedente o pedido da recorrente, ao argumento de que não há início de prova material do exercício de atividade rural, desconsiderando a Certidão de Casamento (fls. 10); cópia da CTPS (fls. 14/15 e 23/27), bem como Notas Fiscais (fls. 16/22), que demonstram de forma incontestada o exercício de trabalho rural exercido pela parte autora, dando interpretação diversa ao entendimento firmado por este Tribunal, no sentido de que o rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único, da Lei 8.213/1991, é meramente exemplificativo, e não taxativo.

Da análise do recurso especial, observa-se clara afronta ao dispositivo infraconstitucional, ou seja, artigo 106, da Lei 8.213/91, objeto de interpretação divergente pelos julgados em confronto, observando,

assim, a previsão contida no art. 105, III, c, da Lex Mater, não havendo óbice para apreciação e julgamento do apelo excepcional por este Superior Tribunal de Justiça.

No caso em testilha, ao contrário do alegado pelo Tribunal 'a quo', restou devidamente comprovado que de 1977 a 2010, ou seja, por 33 (trinta e três) anos, a recorrente se dedicou à atividade rural, ora residindo na área rural, ora residindo na área urbana, conforme atesta sua CTPS (fls. 14/15) e as provas testemunhais.

Dessarte, resta claramente demonstrado no recurso especial interposto que a agravante não visa o reexame de provas, mas sim a adequação do julgado recorrido à Lei Federal, não havendo óbice que justifica a admissão e o processamento do recurso especial do embargante" (fls.212/217e).

Requer a embargante o acolhimento dos presentes Embargos de Declaração para "esclarecimento quanto a CONTRADIÇÃO/OBSCURIDADE/OMISSÃO com relação ao teor da r. decisão proferida, sobretudo porque que a pretensão da agravante é assegurar a aplicação e a correta interpretação da norma ao caso concreto, e o pronunciamento a respeito da questão levantada com base no artigo 5º, LV, da Constituição Federal e se for o caso, requer a correção da decisão" (fl. 217e).

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (*in* Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "O erro material reside na *expressão* do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao *conteúdo do julgamento* - podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (**in** Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 241).

Infere-se, portanto, que as hipóteses de cabimento dos Declaratórios estão atreladas ao saneamento de questão formal, cujo rol está previamente contido no art. 1.022 do CPC/2015, não cabendo o meio escolhido para corrigir eventual **error in iudicando**. Com efeito, na forma da jurisprudência, "o recurso de Embargos de Declaração não é via adequada para corrigir suposto erro de julgamento, ainda que demonstrado, não sendo possível atribuir eficácia infringente se ausentes omissão, obscuridade ou contradição (art. 535 do CPC). Nesse sentido: EDcl nos EDcl no REsp 1.109.298/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ Acórdão Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6.11.2013; EDcl no AgRg nos EAg 1.118.017/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 14/5/2012; EDcl no AgRg nos EAg 1.229.612/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 13/6/2012; e EDcl nos EDcl no MS 14.117/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe 1º/8/2011. Considerando, destarte, o desiderato revelado de atribuir caráter infringente aos presentes aclaratórios em decorrência de alegado erro de julgamento, sem a comprovação de omissão ou contradição, merecem rejeição os Embargos de Declaração" (STJ, EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 705.844/SP, Rel. p/ acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/05/2016).

Em igual sentido: STJ, EDcl nos EDcl no REsp 430.903/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/02/2015; AgRg no REsp 1.267.296/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe de 26/05/2015; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.319.666/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/02/2016.

In casu, quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, não há qualquer contradição na decisão embargada.

De fato, restou expressamente esclarecida no **decisum** a razão pela qual o Agravo não foi conhecido, qual seja, a aplicação da Súmula 182 deste Superior Tribunal de Justiça (fls. 204/210e).

Ante o exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos de Declaração.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora